

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

ISSN 0102-5767

**Cadernos de  
ESTUDOS  
LINGÜÍSTICOS**

**49(1)**

**Organizado por:**

*Maria José Foltran*

*Carlos Miotto*

**DOSSIÊ:**

**AS SMALL CLAUSES REVISITADAS**

Cad.Est.Ling.	Campinas	Nº 49(1)	p.1-127	2007
---------------	----------	----------	---------	------

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

Reitor: JOSÉ TADEU JORGE

Vice-Reitor: FERNANDO FERREIRA COSTA

**INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Diretor: ANTONIO ALCIR BERNÁRDEZ PÉCORÁ

Diretora-Associada: NINA VIRGÍNIA DE ARAÚJO LEITE

**SETOR DE PUBLICAÇÕES**

Coordenadora: MÓNICA GRACIELA ZOPPI-FONTANA

**Equipe Editorial (SP-IEL)**

ESMERALDO SANTOS / JOÃO DUEK

Capa-Projeto: JOÃO. DUEK

Layout e Arte Final: ESMERALDO SANTOS / JOÃO DUEK

---

*Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Estudos da Linguagem – Campinas, SP, nº 1 (ago. 1978–)  
Publicação Semestral  
ISSN 0102-5767

1. Lingüística – Periódicos. I. Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Estudos da Linguagem

**CDD 410.05**

---

**Indexada em / Indexed in:**

LLBA (Linguistics and Language Behaviour Abstracts), Linguistics and Language Behaviour  
Abstracts Database, no MLA (Modern Language Association) Directory of Periodicals e  
International Bibliography, no CSA-Sociological Abstracts, no ULRICH'S International  
Periodicals Directory

Revista *Cadernos de Estudos Lingüísticos*

Setor de Publicações – IEL/UNICAMP – Caixa Postal 6045

13084-971 – Campinas–SP–BRASIL

Fone/Fax.: (19) 3521 1528 – e-mail: [spublic@iel.unicamp.br](mailto:spublic@iel.unicamp.br) – [www.iel.unicamp.br](http://www.iel.unicamp.br)

**PEDE-SE PERMUTA**

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
CARLOS MIOTO & MARIA JOSÉ FOLTRAN A favor de Small Clauses .....	11
PATRÍCIA DE ARAÚJO RODRIGUES O gerúndio e as leituras concreta e imaginativa dos verbos de percepção em português brasileiro .....	29
ANDRÉIA DE FÁTIMA RUTIQUEWISKI GOMES Small Clauses nominais e estruturas equativas .....	39
SANDRA QUAREZEMIN A estrutura interna de Small Clause complemento de verbos ECM .....	49
RONALD TAVEIRA Small Clauses como IPs .....	65
NÚBIA RECH A formação de construções resultativas na português brasileiro .....	79
CRISTINA YUKIE MIYAKI FUCHS A checagem de caso dos múltiplos sintagmas nominativos-GA, a relação com o foco da sentença e as restrições sobre a Small Clause .....	101
Publicações recentes recebidas .....	117



## APRESENTAÇÃO

### AS SMALL CLAUSES REVISITADAS: APRESENTAÇÃO

O termo *small clause* é atribuído a Edwin Williams. Foi usado primeiramente em Williams (1975), no texto *Small clauses in English*. No Brasil, foi traduzido por *mini-oracão* por Mary Kato e em Portugal o termo escolhido foi *oração pequena*.

Apesar de Williams ter usado a expressão no título do artigo de 1975, ela não aparece nenhuma vez no corpo do texto. O objetivo do autor neste artigo era argumentar contra a derivação por meio de transformação de sentenças do tipo *The man driving the bus is Norton's best friend* de sentenças como *The man who is driving the bus....* Para tanto, mostra que, às vezes, não se pode derivar uma sentença como *\*The man knowing all the answers...* de *The man who is knowing all the answers...* De acordo com a preocupação da época, aponta também que, além de haver uma ordem nas transformações, há diferentes domínios em que elas se aplicam. Em certa altura, ao tentar caracterizar as expressões com gerúndio do tipo *the man driving the car* como relativas ou sentenças plenas ou como NPs, utiliza o termo *shallow clause*, mas não se detém na sua explicitação. Ou seja, as *shallow clauses* seriam estágios entre NPs e sentenças.

É no texto *Predication*, de 1980, que Williams vai definir uma estrutura de predicação, que seria um nível de representação em que a relação sujeito-predicado é indicada por indexação. Neste texto, o autor mostra a necessidade de se dar conta de relações entre os APs e NPs em itálico dos exemplos transcritos em (1).

- (1) a. *John is sad.*  
b. John ate *the meat raw.*  
c. John ate the meat *nude.*  
d. John made *Bill mad.*

A regra de predicação em (2) co-indexa NPs e APs na estrutura de superfície e é restrita pela condição de c-comando em (3) e (4).

- (2) ... NP<sub>i</sub> ... AP... ® ... NP<sub>i</sub> ... AP<sub>i</sub>...
- (3) Em PS (estrutura de predicação), NP deve c-comandar qualquer predicado co-indexado com ele.
- (4) Em PS, NP deve c-comandar seu predicado ou qualquer variável ligada por ele.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> The C-Command Condition on Predication  
If NP and X are coindexed, NP must c-command X or a variable bound to X. (p. 206)

O autor estabelece AP, NP, PP e VP como predicados possíveis, sendo que AP é a categoria obrigatoriamente interpretada como predicado e define que os contextos de predicação podem ser de dois tipos: gramaticalmente regidos e tematicamente regidos.

Os gramaticalmente regidos são:

- (5) a. *NP VP*            John died.  
b. *NP VP X*          John left nude/ John left singing.  
c. *NP be X*            John is sick/ John is near Larry.

Os tematicamente regidos envolvem predicados no VP, exemplificados pela estrutura entre colchetes em (6):

- (6) John gave [Bill the dog dead].

Adicionalmente, Williams define controle obrigatório (OC) como um caso de predicação, porque as propriedades do OC são as mesmas dos predicados em PS. Ao fazer isso, tem sob mira os seguintes exemplos:

- (7) a. John promised Bill [PRO to leave].  
b. John persuaded Bill [PRO to leave].  
c. John tried [PRO to leave].  
d. John died [PRO waiting for us].

As propriedades focadas são:

- Um NP lexical não pode aparecer na posição de PRO.
- O antecedente precede o PRO controlado.
- O antecedente c-comanda o PRO controlado.
- O antecedente é tematicamente (7a-c) ou gramaticalmente (7d) determinado.
- Tem que haver um antecedente.

Para Williams todos os casos de OC se aproximam de contextos de predicação e a regra de OC é a regra de predicação. Controle, portanto, é a indexação de um NP com uma S, como está em (8), não com PRO. Se aceitamos que *promise* especifica que seu complemento é um predicado, a regra de predicação converterá (9a) em PS (9b).

- (8)  $NP_i \dots [PRO VP]_i$   
(9) a. John promised Bill [PRO to leave].  
b.  $John_i$  promised Bill [PRO to leave]<sub>i</sub>

Ou seja, a razão maior para reduzir OC a predicação é o fato de as propriedades de OC serem derivadas das propriedades da estrutura predicativa. É importante sublinhar que, ao partir dos exemplos em (1) para definir contexto de predicação, Williams planta a semente de uma vasta discussão a respeito de *small clause*. Observe-se que a intenção do autor, nesse

texto, é estabelecer regras de predicação e, por isso, ele não se detém nas propriedades estruturais dos predicados descritos por ele. A tentativa de aproximar os casos de controle obrigatório aos contextos de predicação vai adquirir diferentes nuances no decorrer da discussão. O que nesse momento ainda não fica claro é que, embora todos os exemplos usados por Williams exemplifiquem contextos de predicação, eles apresentam propriedades estruturais diferentes. Veja, por exemplo, que (7a-c) evidenciam OC em complementos e (7d) em adjunto.

Essa discussão vai esquentar significativamente em 1981, com a tese de doutorado de Tim Stowell, *Origins of Phrase Structure*, cujos pontos mais relevantes apareceram em Stowell (1983) e Stowell (1985). Considerando exemplos como os que aparecem em (10), Stowell defende que o material delimitado pelas chaves forma um constituinte único.

- (10) a. I consider [<sub>x</sub> John sick].  
b. John<sub>i</sub> seems [<sub>x</sub> t<sub>i</sub> sick].

Essa abordagem ficou conhecida como **teoria SC** (teoria *small clause*). Nessa teoria, X é uma projeção do predicado e o primeiro elemento do conjunto (John em (10a) e t<sub>i</sub> em (10b)) é o sujeito e uma afirmação que norteia essa teoria é a de que “todo sujeito é um sujeito estrutural”. A teoria da SC admitiria, ainda, SCs tendo PRO como sujeito, como mostra (11).

- (11) John ate the meat [PRO raw].

Assim, haveria dois tipos de SC: uma ocorreria em contexto regido, com um sujeito lexical; outra ocorreria em contextos não regidos, com um PRO sujeito. Williams se ergue contra essa proposta em 1983, num texto intitulado *Against Small Clause*. Apesar de concordar que em (10) John e t<sub>i</sub> são sujeitos de *sick*, Williams acha que isso não é traduzido configuracionalmente, o que exigiria que NP e XP formassem um constituinte único. A formulação de Williams passa a ser chamada de **teoria da predicação**, que vai negar o mote da teoria SC (todos os sujeitos são sujeitos estruturais) e vai se basear na noção de sujeito como argumento externo, conforme (12).

- (12) *Sujeito como argumento externo*

O sujeito de um sintagma predicativo XP é o único argumento de X que está localizado fora da projeção máxima de X. (Williams, 1983, p. 287)

Essa definição barra as SCs que são nucleadas pelo seu predicado: por definição, um NP não pode estar contido no sintagma do qual é sujeito. A relação ‘sujeito de’ só pode ser mantida com uma projeção máxima da qual ele é externo. Assim, haveria uma relação de predicação entre NP e XP, mas nenhum nóculo do tipo oracional dominando os dois.

Tanto Stowell quanto Williams concordam que existe relação de predicação entre os constituintes delimitados em (10) e (11). Discordam, no entanto, em relação ao estatuto sintático do constituinte, bem como em relação a sua estrutura interna. Observe-se que a discussão já começa a estabelecer diferenças entre os predicados que ocorrem em (10) dos predicados que ocorrem em (11). Embora Williams apresente no texto de 1983 uma série de razões para não se

adotar a teoria SC, parece ser ela a que vai nortear a maior parte dos trabalhos inseridos já na GB, por ser a mais adequada à configuração binária que começa a ser adotada nessa época. No entanto, cremos que muito ainda vai ser dito e proposto a respeito dessa estrutura interna e da natureza categorial dos elementos envolvidos. De qualquer modo, os trabalhos desses autores vão estar na origem de todos os trabalhos produzidos a partir daí a respeito do assunto.

Os textos desta coletânea vão recuperar vários artigos que foram escritos a partir das idéias de Williams e Stowell, optando por diferentes estruturas como alvo de análise. O dossiê se abre com um texto nosso, *A Favor de Small Clauses*, em que mostramos a consistência da noção de SC como um constituinte e levantamos os pontos cruciais a respeito do assunto e a pertinência de sua discussão tendo em vista dados do português. A idéia é mostrar que ainda há muitos pontos a serem desenvolvidos e muitas estruturas a serem descritas. O texto tem também uma finalidade didática: apresenta o debate a respeito do assunto, explicitando as noções essenciais. Apresenta-se, a nosso ver, como um texto interessante para ser aproveitado num curso de introdução à teoria de Princípios e Parâmetros.

A maioria dos artigos trata especificamente das SCs complemento. Patrícia de Araújo Rodrigues investiga os verbos de percepção, em estruturas contendo gerúndio como complemento. Mostra que, no PB, a construção com gerúndio apresenta ambigüidade entre a leitura concreta e leitura imaginativa do verbo de percepção, ao contrário da construção com infinitivo, que é compatível apenas com a leitura concreta. A autora argumenta que os complementos com gerúndio dos verbos de percepção com leitura concreta são estruturalmente ambíguos, podendo ser analisados como um DP complexo, como dois constituintes distintos ou como uma SC, enquanto os complementos com gerúndio dos verbos de percepção com leitura imaginativa devem ser analisados como uma SC.

Já Andréia Rutiquewiski Gomes, numa abordagem eminentemente semântica, apresenta uma análise para as SCs complemento de verbos judicativos como *considerar*, especificamente aquelas em que o predicado é um DP. Nesses casos, a SC tem uma estrutura do tipo [DP1 DP2]. Partindo da distinção proposta para sentenças copulares – predicativas X equativas – alega que, nas estruturas em jogo, formam-se contextos opacos ou intensionais, configurando desse modo sempre uma estrutura predicativa. Sandra Quarezemin tem em mira as mesmas estruturas estudadas por Gomes, só que agora para uma análise estritamente sintática. A autora qualifica as SCs focadas como complementos de verbos ECM e, por meio de testes sintáticos, comprova seu estatuto de constituinte oracional único. Num exercício minimalista, utilizando-se do modelo de fases, defende a idéia de que esses complementos constituem uma fase xP, a partir da análise vP.

O trabalho de Ronald Taveira é o único que vai questionar a existência de SCs, mas não pelas razões apontadas em Williams (1983). Esse texto discute uma teoria nova, a de Kreps (ver referência lá), que alega que essas estruturas devem ser nucleadas por um IP, só que um IP diferente: é um IP com um núcleo vazio e o núcleo do VP complemento desse IP é uma cópula nula. O texto de Kreps, de 1994, traz uma solução inusitada, nunca antes considerada no debate sobre SCs. Taveira apresenta com propriedade essa abordagem e argumenta a favor dela.

Os dois últimos textos se distanciam dos outros pela escolha empírica que fazem. Núbia Rech vai discutir as construções resultativas do português, enquanto Cristina Yukie Miyake Fuchs vai abordar as SCs complementos, só que do japonês.

O texto de Rech é rico no levantamento bibliográfico que faz a respeito das construções resultativas. A autora mostra a diferença que há entre o português e o inglês em relação a essas estruturas, bem como a diferença entre as várias estruturas classificadas como predicados secundários. É o único texto aqui, portanto, que se ocupa dos predicados adjuntos. O objetivo principal do texto é verificar se há resultativas verdadeiras no português e conclui que essa língua, como todas as línguas românicas, não apresenta o que se chama de resultativa verdadeira. Mostra também que o português apresenta outras formas de apresentar a noção de resultatividade.

Finalmente, Fuchs apresenta como se dá a checagem de caso do sintagma nominativo – GA em japonês em sentenças com mais de um sintagma com essa marcação morfológica, operando com um instrumental minimalista. Em estruturas com mais de um sintagma nominativo, mostra a relação do primeiro com a posição de foco. Por último, a título de exercício, descreve como esses sintagmas se comportam numa estrutura de SCs complemento.

Enfim, o material apresentado aqui é, no mínimo, um excelente ponto de partida no que diz respeito aos dados empíricos, às noções teóricas e às diferentes abordagens tanto dos autores dos textos apresentados aqui, como também dos textos referidos por eles. Esperamos que esta contribuição seja de alguma forma relevante para futuros cursos, como também para futuras pesquisas.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- STOWELL, T. (1983). Subject across categories. *The Linguistic Review*, v. 2, p. 285-312.
- . (1985). Small clauses restructuring. Em: R. Freidin (ed. 1985). *Principles and Parameters in Comparative Grammar*. Cambridge: MIT Press.
- WILLIAMS, E. (1975). Small Clauses in English. *Syntax and Semantics*, vol. 4. John P. Kimball (ed), 249-273.
- . (1980). Predication. *Linguistic Inquiry*, 11 (1), 203-238.
- . (1983). Against Small Clause. *Linguistic Inquiry*, 14 (2), 287-308.